# Revisitando a eleição presidencial de 2022: o voto de Lula e Bolsonaro nos municípios da Amazônia Legal*

Roberto Ramos Santos
*Universidade Federal de Roraima*

## 1 Introdução

Pelo seu bioma com muitas riquezas naturais, incluindo o potencial em águas, que, na discussão sobre sustentabilidade do planeta e na cobiça humana por proveitos de toda ordem, costuma envolver interesses geopolíticos, ambientais, científicos e econômicos (Becker; Stenner, 2008), é inegável a importância da Amazônia para o Brasil e o mundo. Com uma extensão territorial de 5.015.068,18km², distribuída por nove estados da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão), a Amazônia Legal brasileira é responsável por 58,9% do território nacional, cujo tamanho é de 8.510.295.914km²[1].

O PIB regional, publicado em 2024, correspondeu à participação de 9,5% no PIB nacional, que somou no país 10,1 trilhões. O Censo Demográfico de 2022 computou, em seu conjunto, uma população de 27.790.232 habitantes, ou seja, 13,68% da população brasileira (IBGE, 2023). A maior fração dessa população, pouco mais de dois terços, 67,79%, vive nos municípios dos estados importantes de: Pará, com 8.120.131 habitantes e PIB de R$ 236,1 bilhões; Maranhão, com 6.776.699 habitantes e PIB de R$ 139,7 bilhões; e Amazonas, com 3.941.613 habitantes e PIB de R$ 145,1 bilhões. Quanto à dimensão do eleitorado, em outubro de 2022, o TSE registrou cerca de 20 milhões de eleitores em toda a região, representando 12,83% do eleitorado nacional.

O objetivo deste artigo é verificar o resultado da eleição presidencial de 2022 na Amazônia Legal, identificando o padrão de votação dos dois principais candidatos, Lula (PT) e Bolsonaro (PL), nos 808 municípios dos estados amazônicos[2].

No Brasil, essa eleição se desenvolveu em um clima de forte polarização política entre as duas candidaturas, sendo capaz de mobilizar nacionalmente a maioria do eleitorado, inclusive com o desenvolvimento de um ecossistema de desinformação, com a divulgação de *fake news* nas redes sociais, principalmente por grupos de extrema direita ligados à campanha de Jair Bolsonaro (Prado, 2022; Santana, 2023). Diante da relevância da disputa eleitoral e pelas especificidades sociodemográficas da região amazônica, neste artigo nós nos empenhamos em responder a três



* O autor agradece à Arleth Borges e Maria do Socorro Braga pelas contribuições ao texto original e aos pareceristas, cujos comentários aprimoraram a versão final deste artigo.

[1] O artigo 2º da Lei Federal nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, estabeleceu a abrangência administrativa da Amazônia Legal brasileira. Além dos estados da região Norte do país, a Lei 5.173 incluiu o Maranhão, do Nordeste, e Mato Grosso do Centro-Oeste.

[2] Para efeito de análise, a pesquisa incorporou todos os municípios maranhenses, e não incluiu o município Boa Esperança do Norte em Mato Grosso, só criado em 2023. Por unidade federativa, assim ficou a distribuição numérica dos municípios: Acre, 22; Amazonas, 62; Amapá, 16; Maranhão, 217; Mato Grosso, 141; Pará, 144; Rondônia, 52; Roraima, 15 e Tocantins, 139.

perguntas: 1) qual a variação na taxa de competição eleitoral para presidente da República na eleição de 2022 no conjunto de municípios da Amazônia Legal?; 2) como foi a votação de Lula e Bolsonaro nos municípios com 50%, ou mais de população indígena e nas cidades, que, pressionadas pelo desenvolvimento do agronegócio, sofreram incrementos de desmatamento ilegal de floresta entre 2019 e 2022?; 3) qual o nível de disputa entre os dois candidatos, tomando como base a classificação dos municípios por faixa de população residente?

Com base em evidências empíricas, nosso argumento é que, em 2022, houve uma clara distinção da votação de Lula e Bolsonaro entre os municípios da Amazônia Legal, com o eleitorado dos municípios indígenas e das pequenas e médias cidades apoiando, preferencialmente, a candidatura de Lula. Já a candidatura de Bolsonaro, conquistou a liderança das preferências eleitorais em municípios mais populosos e urbanizados, incluindo a maioria das capitais; e em municípios que, sob a expansão do agronegócio, tiveram incremento de desmatamento florestal quando Bolsonaro presidiu o País entre 2019 e 2022.

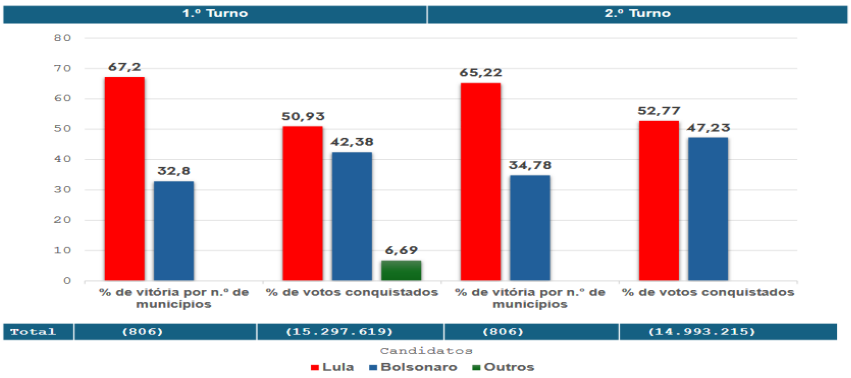
Além desta introdução, este artigo apresenta duas seções e a conclusão. A primeira seção mostra o resultado da eleição presidencial, nos dois turnos, no conjunto de municípios amazônicos, bem como o percentual de votos recebidos por Lula e por Bolsonaro nos municípios indígenas e nas cidades com maior desmatamento ilegal. A segunda seção descreve o resultado eleitoral pelo tamanho dos municípios. A abordagem feita neste trabalho vincula-se à necessidade de se produzir uma história política regional. Ao mesmo tempo, busca oferecer uma pequena contribuição para reduzir o desconhecimento da maioria dos brasileiros sobre o padrão de votação dos eleitores circunscritos na Amazônia Legal.



## 2 A votação para Presidente da República nos dois turnos

Qual foi o desempenho de Lula e Bolsonaro no conjunto dos municípios da Amazônia Legal? As evidências, no Gráfico 1, mostram que Lula foi o candidato preferido na maioria dos municípios amazônicos. No primeiro turno, foi o mais votado com 67,20%; no segundo turno, com 65,22%. Na quantificação do resultado final da eleição por estado, Lula derrotou Bolsonaro em quase todos os municípios de: Maranhão (98,62%), Amazonas (93,55%), Tocantins (87,77%) e Amapá (81,25%). Obteve, ainda, boa aceitação em grande parte dos municípios do Pará (74,31%). Já a candidatura de Bolsonaro, que, nos dois turnos, obteve vitória eleitoral inferior a 35% do total de municípios, conforme se vê no Gráfico 1, venceu em todos os municípios de Rondônia, repetindo o bom desempenho de 2018; foi, também, o candidato preferido em 93,32% dos municípios de Roraima, em 82,98% dos municípios de Mato Grosso e em 81,82% dos municípios do Acre.

**Gráfico 1** – Resultado eleitoral para Presidente da República no conjunto de municípios da Amazônia Legal, 2022




Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

Quanto aos votos obtidos na região, embora Lula tenha sido o mais votado em número de municípios, a vantagem em relação ao segundo colocado não foi tão expressiva, embora superior ao resultado nacional. Cabe lembrar que, no segundo turno da corrida presidencial de 2022, o eleitorado brasileiro dividiu-se praticamente ao meio, dando 50,90% de votos válidos à candidatura de Lula e 49,10% à candidatura de Bolsonaro. Na história do país, essa foi a eleição presidencial com a menor diferença no percentual de votos entre dois candidatos. No caso da Amazônia Legal, conforme visto no Gráfico 1, Lula obteve, no primeiro turno, 50,93% dos votos válidos contra 42,38% de Bolsonaro. No segundo turno, a diferença entre eles caiu de 8,55 pontos percentuais para 5,54. O candidato petista recebeu, no enfrentamento das urnas, 52,77% dos votos válidos e Bolsonaro, 47,23%. O que significou uma diferença, no total dos sufrágios, em torno de 800 mil em favor do presidente eleito.

É significativo ressaltar que, embora o candidato do PL, na dinâmica subnacional do país, tenha também perdido a eleição para o candidato do PT, foi em estados da Amazônia que ele conseguiu obter seus mais elevados percentuais de votos válidos. Roraima foi, nessa eleição, o estado brasileiro mais bolsonarista, com 76,08% de votos atribuídos a Bolsonaro; seguido de Rondônia, na segunda posição, com 70,66%; e do Acre, na terceira, com 70,30%. Em quinta posição, atrás de Santa Catarina (69,27%), ficou o estado de Mato Grosso, com 65,08% (TSE, 2022).

Ainda que não seja o propósito deste artigo explicar a predileção do eleitorado de RR, RO, AC e MT pelo nome de Jair Bolsonaro nas urnas do TSE, pesquisas realizadas pelo Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL, 2022) indicam, pelo menos, três fatores explicativos: 1) o antipetismo, que, com o desdobramento da Operação Lava Jato, passou a ser amplamente disseminada nas redes sociais pela extrema direita, com efeito maior sobre a classe média, colaborando para a derrubada do governo de Dilma Rousseff (PT) em 2016; 2) o voto dado pelo segmento evangélico; e 3) a força da influência político-eleitoral da elite econômica pertencente ao agronegócio.

Ocupando espaço produtivo em diversos municípios da região, e também exercendo cargos eletivos, tanto em nível local quanto no nacional, membros dessa elite e entidades de representação dos seus interesses têm sido radicalmente contrários à política de ambiência defendida pelo PT e por

outros partidos de centro-esquerda, como o Rede Sustentabilidade, fundado por Marina Silva, de maior proteção do Estado brasileiro sobre o bioma da Amazônia. O que é visto como entrave ao crescimento econômico da região.

Como bloco de poder, com força econômica, os ruralistas ligados ao agronegócio desenvolvem ações para enfraquecer na Amazônia: a criação de assentamentos rurais destinados à reforma agrária, o surgimento de novas unidades de conservação e a demarcação de terras indígenas. No Congresso, a Frente Parlamentar da Agropecuária é uma das que mais defende a tese do marco temporal (PL 2.903/2023; Lei 14.701/2023; PEC 48/2023), que condiciona o direito territorial das populações tradicionais, à sua efetiva ocupação no espaço físico, na data em que a Constituição Federal de 1988 foi promulgada.

No caso de Lula, com o capital político de ex-Presidente da República, que governou o país entre 2003 e 2010, com o apoio do ex-governador e senador eleito pelo PSB do Maranhão, Flávio Dino; e ainda, contando com o trabalho de militância de outros partidos de esquerda, como o PSOL, conseguiu, entre os maranhenses, o terceiro melhor desempenho de todo o País (Borges *et al.*, 2022)[3]. Destaca-se que o Maranhão tem uma inclinação política nordestina, região onde Lula desde o início do processo eleitoral, como em 2006, liderou a intenção de voto de grande parte dos eleitores.

No segundo turno da eleição, o candidato petista obteve no conjunto de municípios maranhenses 71,14% dos votos válidos, e Bolsonaro ficou com 28,86%. Nos dois turnos, Lula também foi o preferido nos outros dois maiores colégios eleitorais da região amazônica. No Pará, semelhantemente ao que ocorreu em eleições anteriores, quando disputou a Presidência em 2002 e 2006, Lula manteve a preferência do eleitorado. No segundo turno, o petista, com o avultamento do apoio do governador reeleito, Helder Barbalho do MDB, e do prefeito da capital, Edmilson Rodrigues do PSOL, recebeu 54,7% de votos do público paraense que compareceu às urnas para escolher seu candidato. No Amazonas, embora tenha perdido a eleição em Manaus, como veremos mais adiante, conseguiu vencer Bolsonaro no âmbito estadual, com 51,10% dos votos válidos.



No estado de Tocantins, Lula também derrotou Bolsonaro nos dois escrutínios. No primeiro, registrou 50,40% de votos válidos contra 44% conquistados por Bolsonaro. No segundo escrutínio, o placar da disputa entre eles foi de 51,36% contra 48,64%. Já no Amapá, depois de ter vencido o primeiro turno da eleição com 45,67% de votos, e ainda ser o mais votado em 13 dos 16 municípios do estado, Lula foi derrotado no segundo turno. Bolsonaro, com a predileção dos municípios eleitoralmente mais fortes e o avanço no número de votos na maioria dos outros municípios, conseguiu virar o jogo, derrotando Lula com 51,36% da votação final.

## 2.1 A votação em municípios indígenas

O Censo Demográfico 2022 contou o número de pessoas indígenas por município brasileiro. Foram contabilizadas 1.693.535 pessoas, com a maior parte delas, 51,25%, vivendo nos municípios da Amazônia Legal (IBGE, 2023). Com a divulgação dos resultados do IBGE, procuramos agregar os municípios da Amazônia Legal com taxa de 50% ou mais de população indígena. No total, agregaram-

[3] Os dois melhores desempenhos eleitorais de Lula no país foram, respectivamente, nos estados de Piauí (76,86%) e Bahia (72,12%).

se 18 municípios, onde residem representantes de mais de 40 grupos étnicos com identidade e cultura própria, distribuídos por seis estados da região: AC (1), AM (9), MT (1), PA (1), RR (5) e TO (1). Confronte o quadro.

**Quadro 1** – Municípios indígenas da Amazônia Legal: população total, % de indígenas e grupos étnicos

| UF | Municípios | População total | % população indígena | Grupos Étnicos |
|---|---|---|---|---|
| AC | Santa Rosa do Purus | 6.723 | 63,91 | Kulina, Jaminawa e Kaxina |
| AM | Amaturá | 10.819 | 91,95 | Tikuna, Kokama e Witoto |
| | Atalaia do Norte | 15.314 | 50,76 | Kokama e Mayoruna |
| | Barcelos | 18.834 | 75,27 | Nadõb, Kuripaco, Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Dessano, Tariana, Pira-tupuya, Werekena, Tikuna, Maku, Kuripaco, Yanomami e Yekoana |
| | Santa Isabel do Rio Negro | 14.164 | 96,17 | Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Dessano, Tariana, Pira-tupuya, Werekena, Tikuna, Maku, Nadõb, Kuripaco, Yanomami e Yekoana |
| | Santo Antônio do Içá | 28.211 | 66,93 | Kokana, Tikuna e Kaixana |
| | São Gabriel da Cachoeira | 51.795 | 93,17 | Baré, Baniwa, Werekena, Tukano, Kuripaço, Tariana, Pira-tupuya, Kubeo, Yanomami, Arapaso, Bará, Barassana, Karapanã, Kotiria/wanano, Makuna, Miriti-tapuya, Siriano, Taiwano, Utapinopona/tuyuka, Yuriti, Ninam, Sunumá e outros. |
| | São Paulo de Olivença | 32.967 | 80,74 | Kokama, Kambeba, Tikuna e Kaixana |
| | Tabatinga | 66.764 | 51,67 | Kokama e Tikuna |
| | Tonantins | 19.247 | 55,36 | Kaixana, Kokama e Tikuna |
| MT | Campinápolis | 15.347 | 55,08 | Xavante |
| PA | Jacareacanga | 24.042 | 59,13 | Munduruku |
| RR | Alto Alegre | 21.096 | 60,31 | Macuxi, Wapichana, Yanomami e Yekoana |
| | Amajari | 13.927 | 69,51 | Macuxi, Wapichana, Yanomami, Yekoana e Sapará |
| | Normandia | 13.986 | 88,84 | Ingariko, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana |
| | Pacaraima | 19.305 | 59,21 | Macuxi, Wapichana, Ingariko, Taurepang e Patamona |
| | Uiramutã | 13.751 | 96,6 | Macuxi, Wapichana, Ingariko, Taurepang e Patamona |
| TO | Tocantínia | 7.459 | 54,78 | Xerente |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023), Cimi (2022) e Iubel (2020)

No exame dos resultados eleitorais dos municípios acima, verificamos o quantitativo de votos recebidos por Lula e Bolsonaro em 2022. A Tabela 1 mostra os resultados encontrados pela pesquisa. Na distribuição dos dados agregados, observa-se que Lula, sem acumular perdas percentuais na passagem de um turno a outro, venceu em 77,78% dos municípios e obteve quase o dobro de votos

obtidos por Jair Bolsonaro. A diferença entre eles girou em torno de 31 pontos percentuais nos dois intervalos da eleição, equivalente ao valor médio de 50 mil votos de diferença.

**Tabela 1** – Resultado eleitoral para presidente da República em municípios da Amazônia Legal com população indígena igual ou superior a 50% do total, 2022

| Candidatos | 1º Turno | | | | 2º Turno | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº de Municípios | % | Nº de votos | % | Nº de municípios | % | Nº de votos | % |
| Lula | 14 | 77,78 | 103.322 | 63,38 | 14 | 77,78 | 102.544 | 65,70 |
| Bolsonaro | 4 | 22,22 | 52.149 | 31,99 | 4 | 22,22 | 53.536 | 34,30 |
| Outros | | | 7.555 | 4,63 | | | | |
| **Total** | **18** | **100,0** | **163.024** | **100,0** | **18** | **100,0** | **156.080** | **100,0** |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

No município de São Gabriel da Cachoeira (AM), em termos absolutos, o segundo município brasileiro com o maior número de pessoas indígenas[4] – são 48,3 mil habitantes indígenas recenseados pelo IBGE em 2022 (IBGE, 2023) –, Lula, venceu em todas as urnas, recebeu cerca de 80% dos votos. Isso representa, em outras palavras, que, a cada voto dado a Jair Bolsonaro, quatro votos foram dirigidos a Lula. Em Uiramutã (RR), a cidade mais indígena do país, com taxa de 96,6%, proporcionalmente, a votação média de Lula foi de 67,4%. Convém destacar o seu bom desempenho nos municípios indígenas localizados no Alto Solimões (AM): São Paulo de Olivença (84,34%), Tonantins (82,93%) e Atalaia do Norte (80,40%).



Em relação à votação atribuída a Bolsonaro em municípios predominantemente indígenas da Amazônia Legal, seu melhor desempenho foi nas cidades de Amajari e Alto Alegre, no estado de Roraima, com respectivamente 78,83% e 73,96% de votos válidos no segundo turno da eleição. O que pode, em parte, ser explicado pelo esforço clientelístico do governador Antônio Denarium (PP) em garantir, durante a campanha nos 15 municípios do estado, sua reeleição e a do presidente Bolsonaro. Antônio Denarium, aliado de Bolsonaro desde 2018, quando disputou o cargo de governador pelo mesmo partido, PSL, teve, em 2023 e no primeiro semestre de 2024, o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral por abuso de poder econômico e político nas eleições de 2022.

No julgamento das ações de acusação contra o governador, foram documentados gastos com execução de reforma na casa de eleitores via Programa Morar Melhor, repasse de recursos de cerca de R$ 70 milhões para os municípios, cujo prefeito era aliado, e aumento na distribuição de cestas básicas de 10 para 50 mil por meio do Programa Cesta da Família. Segundo o Ministério Público Eleitoral do estado, "foi uma tentativa [do chefe do Poder Executivo estadual – *destaque nosso*] de legitimar a distribuição gratuita de bens no ano eleitoral", o que não é permitido pela legislação (Rufino; Oliveira, 2024; Teixeira, 2023). Aguardando decisão de recurso apresentado ao TSE, Antônio Denarium continua no exercício do cargo.

O que pode ajudar a entender o bom desempenho do candidato do PT na maioria dos municípios indígenas da Amazônia Legal é o voto retrospectivo. Isto é, a avaliação positiva, com altos índices de aprovação, da passagem de Lula pela Presidência da República, por uma parte importante do

[4] O primeiro é Manaus, com 71.691 pessoas indígenas.

eleitorado e do movimento indígena. Desde o seu primeiro mandato, em 2003, Lula não refutou seu compromisso com líderes e organizações indígenas de procurar reduzir, pelas políticas afirmativas, a vulnerabilidade da população indígena diante de um passado histórico de exclusão do desenvolvimento capitalista do país; seja pela criação de unidades de conservação e salvaguardas de terras indígenas, que, com efeito, pudessem conciliar crescimento econômico com desenvolvimento social e conservação ambiental; seja pela incorporação de uma parte importante dos indígenas no sistema público de proteção social (CEPAL, 2014; Figueroa *et al.*, 2014).

Tais ações, certamente, contribuíram para formar, entre os indígenas, a imagem de Lula como defensor do caráter multiétnico e da implementação, no país, de uma cidadania menos excludente, que atendesse socialmente os menos favorecidos. Um presidente que, ao reconhecer direitos dos povos originários, contidos na Constituição Federal de 1988, teve a preocupação de atender algumas de suas necessidades básicas, relacionadas, principalmente, com a saúde, a educação e a segurança alimentar. Não por acaso, Marivelton Rodrigues Barroso, da etnia Baré, diretor presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), no estado do Amazonas, ao comentar a vitória de Lula em 2022, projetava com a posse do novo presidente a reconstrução nacional da política de direitos indígenas, que, nas palavras dele, foi "brutalmente acabada e desconstruída durante o governo Bolsonaro" (Hamdan, 2022).

Na campanha de 2022, Lula também recebeu o apoio do movimento de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que, em oposição ao governo Bolsonaro, pedia aos indígenas que votassem no candidato petista. Na carta-compromisso entregue a Lula, a APIB destacava a importância de reativação, entre outros, dos conselhos nacionais de Políticas Indigenistas, de Direitos Humanos e de Segurança Alimentar, Meio Ambiente e Saúde. Além da necessidade do fortalecimento da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas. Em resposta, Lula, no seu programa de *reconstrução e transformação do país*, comprometeu-se em desenvolver políticas públicas de proteção dos direitos indígenas, incluindo a criação do Ministério dos Povos Indígenas (Ávila, 2022), que surgiu no início do seu terceiro mandato presidencial, em janeiro de 2023.



## 2.2 A votação em municípios com taxas elevadas de desmatamento

As políticas públicas ambientais, quando Bolsonaro foi presidente do Brasil, sofreram enfraquecimento na atuação para a preservação dos recursos naturais (Dantas *et al.*, 2024; Garcia, 2022). No período 2019-2022, o desmatamento de floresta e queimadas na Amazônia, sem que houvesse controle do Estado, aumentaram em níveis mais elevados. O que resultou na discussão global sobre a sustentabilidade do planeta, com grande preocupação com o Brasil, sobretudo dos organismos ambientais nacionais e internacionais, imbuídos de combater as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade com a destruição de ecossistemas sensíveis ao aquecimento global.

O Greenpeace Brasil (2023) apregoa a importância da Amazônia no combate à mudança do clima, bem como que seu desmatamento acelerado e a emissão de gases de efeito estufa, sem falar na proliferação de garimpos em terras indígenas, põem em risco a fauna, a flora, os povos originários e o equilíbrio ambiental de todo o planeta. Como destacou Soares (2023), o então presidente brasileiro

considerava haver um excesso regulatório em nossa legislação ambiental, que, segundo ele, serviria apenas para atrasar o crescimento econômico do país, inibindo atividades econômicas e mais investimentos. O que contribuiu para enfraquecer, no seu governo, as relações do Brasil com países europeus que costumam levantar a bandeira da sustentabilidade ambiental nas suas agendas diplomáticas.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional dos Povos indígenas (Funai), como órgãos de controle ambiental, tiveram suas atividades de monitoramento e fiscalização reduzidos, mas muitos daqueles que cometeram crimes ambientais no período não receberam punição. O que fez aumentar a devastação da região amazônica com o uso demasiado de motosserras na derrubada da maior floresta tropical do planeta.

Considerando os aspectos expostos acima, a pesquisa examinou o resultado da corrida presidencial de 2022 nos municípios que mais perderam cobertura florestal durante o governo de Jair Bolsonaro. Nosso objetivo era saber se, neles, a candidatura à reeleição do então presidente, com sua omissão política dirigida à preservação do meio ambiente amazônico, foi capaz de sobrepor-se à candidatura de Lula.

Pelos dados do Prodes/INPE (2024) sobre desmatamento na Amazônia, foram inclusos 39 municípios no exame. Isso porque cada um deles removeu, durante a gestão Bolsonaro, mais de 200km² da cobertura vegetal da floresta. Foram responsáveis, em conjunto, pela destruição de, aproximadamente, 30 mil quilômetros quadrados de mata nativa, o que representou uma média anual de desflorestamento ilegal de 7.468km², equivalente a quase 15 vezes o tamanho da cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.



Os motivos da destruição da floresta amazônica, já identificados por diversos analistas (Fearnside,1992; Rivero *et al.*, 2009; Monteiro; Bernardes, 2024), relacionam-se, diretamente, com o processo capitalista de expansão da fronteira agrícola e da pecuária bovina como produto de exportação. Conforme o SOS GISbr (2013, §14) observou:

> [...] a distribuição espacial das áreas desmatadas, assim como dos focos de calor, reflete, diretamente, o crescimento de atividades intrinsecamente articuladas a esse processo, tais como a extração de madeira e a abertura de pastagem, que compõem, juntamente com a expansão do cultivo de grãos, um mosaico de usos diferenciados do espaço amazônico que vem alterando, de forma radical, a dinâmica tradicional de ocupação da Amazônia brasileira.

É o que tem ocorrido em Altamira e São Félix do Xingu, no Pará, Porto Velho, em Rondônia, e Lábrea e Apuí, no Amazonas. Na região, esses municípios foram os campeões de desmatamento na soma do período 2019-2022. No resultado da eleição presidencial (Tabela 2), os votos dos municípios em bloco que mais desmataram a Amazônia, quando Bolsonaro presidiu o país, foram, efetivamente, os favoráveis à sua candidatura.

No primeiro turno, o então Presidente da República derrotou Lula com uma diferença aproximada de 211 mil votos, obtendo taxa de 56,04% contra 37,12% registrada pelo petista. No segundo turno, a votação de Jair Bolsonaro foi mais expressiva, somou 265.682 votos a mais do que Lula, atingindo uma diferença positiva de 24,48 pontos percentuais em relação à performance do

adversário. Embora o candidato petista tenha, nesse segmento, obtido menos votos do que Jair Bolsonaro, ressaltamos que, dos 39 municípios investigados, ele venceu em 10, incluindo a cidade amazonense de Lábrea, que acumulou, no período, perda florestal de 2.004km². Na contagem das urnas de Lábrea, Lula recebeu 63,84% de votos no primeiro turno e 65,18% no segundo.

Nos outros municípios que também foram campeões no arco do desmatamento, a liderança na votação final coube a Bolsonaro, que venceu Lula com patamar superior a 60% de votos. É o caso de Altamira, que perdeu no período 2.762km² de mata nativa, onde Bolsonaro, com 62,48% de votos, recebeu o apoio de quase toda a classe política municipal, e dos madeireiros, garimpeiros e fazendeiros da região, muitos envolvidos em conflitos agrários, resultando em destacada violência no campo. Pelos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), Altamira foi, em 2022, a sétima cidade mais violenta do país. Situada no sudoeste do Pará, na rota da transamazônica, à margem do rio Xingu, tem se notabilizado pela grilagem de terras e conflitos fundiários, incluindo terras indígenas, como as que pertencem aos povos Parakanã e Arana, com invasões de garimpeiros, madeireiros e posseiros (Antunes, 2023; Cimi, 2018; Dolce, 2023).

A Tabela 2 mostra os dados eleitorais agregados dos municípios com mais perda de floresta amazônica entre 2019 e 2022.

**Tabela 2** – Resultado eleitoral para Presidente da República em municípios com maior incremento no desmatamento florestal da Amazônia, 2019-2022

| Candidatos | 1º Turno | | 2º Turno | |
|---|---|---|---|---|
| | Nº de votos | % | Nº de votos | % |
| Lula | 414.197 | 37,12 | 409.633 | 37,76 |
| Bolsonaro | 625.235 | 56,04 | 675.315 | 62,24 |
| Outros | 76.360 | 6,84 | | |
| **Total** | **1.115.792** | **100,0** | **1.084.948** | **100,0** |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE e Prodes/INPE (2024)



## 3 A disputa eleitoral por tamanho de população dos municípios

A Tabela 3 apresenta o número de municípios amazônicos por tamanho de população onde Lula e Bolsonaro venceram em 2022. A primeira faixa de municípios compreende os menos populosos, e a última, as capitais, que concentram, individualmente, a maior taxa de população nas unidades federativas da região. A maioria dos municípios amazônicos, 62,13%, encontra-se nas duas primeiras faixas da tabela, com população inferior a 20 mil habitantes. Em outubro de 2022, elas representaram, juntas, quase um quinto (19,07%) do eleitorado regional. Na faixa 3, estão localizados 32,67% dos municípios da região, cuja população residente variou, no último censo, de 20 mil a 99.999 habitantes. A importância numérica do eleitorado desse conjunto de cidades da Amazônia foi de 36,93% na disputa eleitoral. Apenas 5,20% dos municípios amazônicos, incluindo as capitais, têm número de moradores igual ou superior a 100 mil habitantes, porém, com relevância de 44% do total de eleitores, representando no período quase a metade dos eleitores inscritos na região.

Na verificação da Tabela 3, os dados distribuídos mostram que mais da metade dos municípios das faixas 1, 2 e 3 apoiaram a candidatura de Lula na eleição de 2022[5], dando-se o inverso com a candidatura de Bolsonaro, que, proporcionalmente, recebeu mais apoio dos municípios das faixas 4 e 5. Nos dois turnos eleitorais, Bolsonaro encabeçou a votação em sete das nove capitais da Amazônia; tendo São Luís e Belém como as exceções. No segundo turno, ele venceu em 18 dos 33 municípios com população igual ou superior a 100 mil habitantes, incluindo o município de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, que, no primeiro turno, votou mais na candidatura de Lula.

**Tabela 3** – Número de municípios da Amazônia Legal por tamanho de população onde Lula e Bolsonaro venceram na eleição de 2022

| Municípios por tamanho de população (nº total) | 1º Turno | | | | 2º Turno | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Lula | | Bolsonaro | | Lula | | Bolsonaro | |
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Faixa I – menos de 10 mil hab. (268) | 175 | 65,30 | 93 | 34,70 | 169 | 63,06 | 99 | 36,94 |
| Faixa II – 10 mil a 19.999 hab. (234) | 60 | 68,38 | 74 | 31,62 | 156 | 66,67 | 78 | 33,33 |
| Faixa III – 20 mil a 99.999 hab. (264) | 190 | 71,97 | 74 | 28,03 | 185 | 70,08 | 79 | 29,92 |
| Faixa IV – 100 mil ou mais hab* (33) | 16 | 48,48 | 17 | 51,52 | 15 | 45,45 | 18 | 54,55 |
| Faixa V - Capitais (9 igual a 100,0) | 2 | 22,22 | 7 | 77,78 | 2 | 22,22 | 7 | 77,78 |

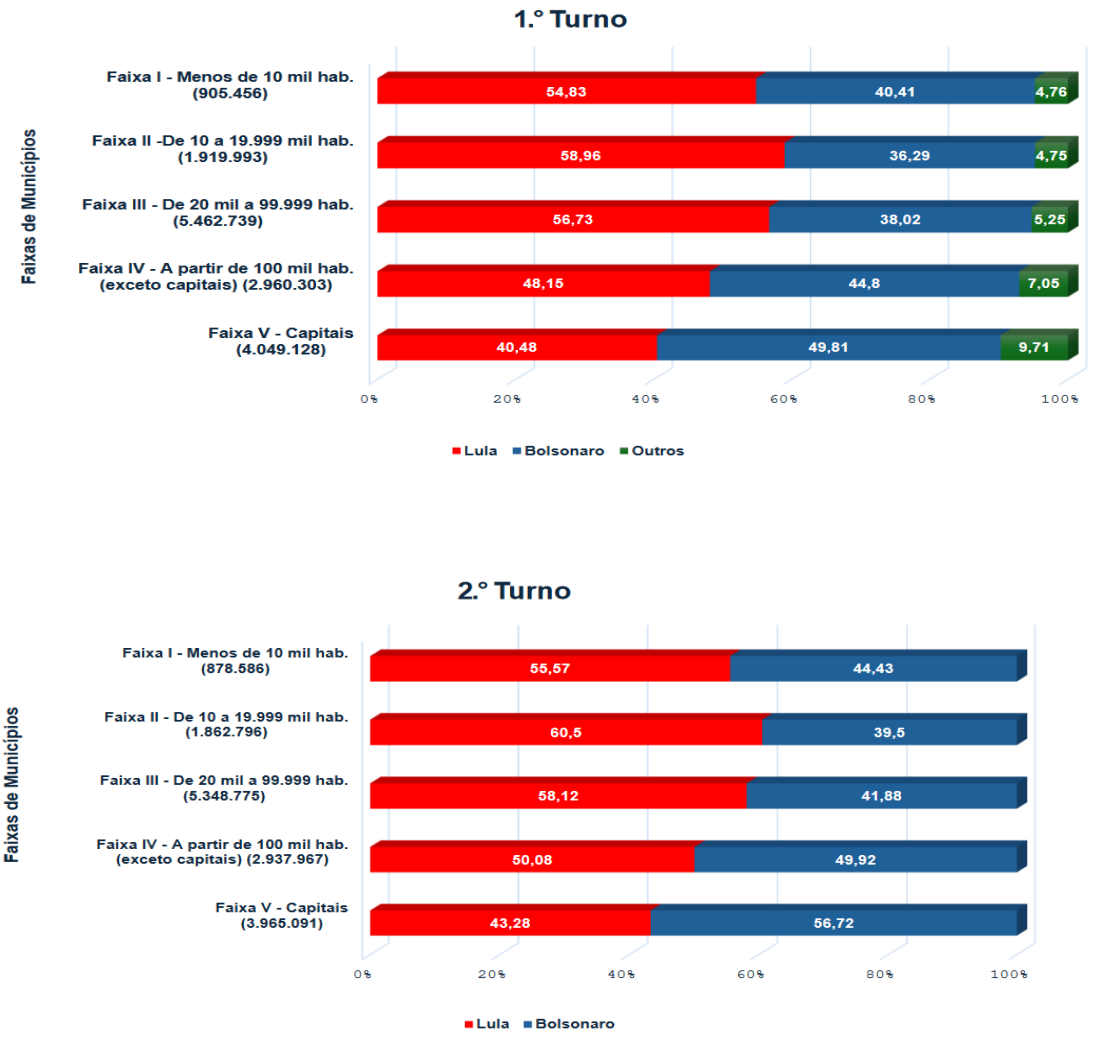
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE e do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023)
* Exceto as capitais

No mapeamento da distribuição dos votos obtidos pelos candidatos nas cinco faixas de população residente (Gráfico 2), Lula conquistou, nos dois turnos eleitorais, a maioria absoluta dos votos nas três primeiras faixas de municípios, incluindo as cidades com quase 100 mil habitantes.



[5] Uma parte da literatura que trata sobre comportamento eleitoral no Brasil já havia identificado, no resultado eleitoral de 2006, a força da candidatura de Lula nos municípios menos populosos do Norte e Nordeste. Confronte, entre outros, Nicolau e Peixoto (2007); Soares e Terron (2008).

**Gráfico 2** – Competição eleitoral para presidente da República por faixa de População dos municípios e capital, 2022 (%)




Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE e do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023)

Os municípios da faixa 1 são, em geral, cidades do interior mais atrasadas no desenvolvimento econômico, com níveis educativos e vínculos ideológicos reduzidos, tendo uma economia, predominantemente, de subsistência; sendo dependentes, consideravelmente, dos recursos que são repassados pelos programas sociais do governo federal e pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Neles, a média de votação de Lula foi de 55,20% contra 42,42% alcançada por Bolsonaro.

A vantagem de Lula foi muito mais expressiva no conjunto de municípios localizados na faixa 2, com taxa média de votação de 59,73% contra 37,90% do seu principal oponente. Lula consegue, ainda, no resultado eleitoral, repetir o favoritismo nos municípios da faixa 3, atingindo significativa proporção média de 57,43%. Em contraste com esse resultado numérico, Bolsonaro ficou com média de votos de 39,95%. É notável que, embora estivesse à frente da Presidência, com capacidade de mobilizar recursos de campanha, Bolsonaro não teve desempenho relevante em nenhuma dessas três faixas de

municípios. O dado contradiz, em parte, a ideia de que no Brasil, os incumbentes na Presidência, em geral, conseguem ter melhor desempenho junto à população mais pobre, sobretudo, pela existência de uma "racionalidade estratégica", fundada nos benefícios que são gerados pelos programas de transferência de renda, normalmente instituídos pelo governo federal (Telles; Mundim; Lopes, 2013).

Acreditamos que essa "racionalidade estratégica" foi mais favorável a Lula pela memória dos eleitores beneficiados pelo Programa Bolsa Família e pelos avanços sociais e econômicos dos dois governos Lula. Uma parte da literatura que discute o assunto busca relacionar a votação de Lula em 2006 com as políticas de transferência direta de renda que foram implantadas em seu primeiro governo, especialmente o PBF, cuja cobertura, no período, atendeu um número crescente de beneficiários (Hunter; Power, 2007; Marques *et al.*, 2007; Nicolau; Peixoto, 2007; Terron; Soares, 2010; Zucco, 2008, 2013).

Na passagem dos municípios da faixa 3 para os da faixa 4 de maior densidade populacional, a vantagem de Lula diminuiu. A taxa de votação obtida por Bolsonaro, no duelo das urnas, conseguiu encostar na que foi registrada por Lula. A diferença média entre eles foi de apenas 1,76 pontos percentuais. No primeiro turno, Lula obteve 48,15% de votos contra 44,80% de Bolsonaro. No segundo turno da eleição, a votação entre eles foi muito mais equilibrada, quase a mesma do resultado nacional, com Lula recebendo 50,08% e Bolsonaro, 49,92%.

O que se pode constatar, na exposição do gráfico, é que, diferentemente dos estratos anteriores, que foram eleitoralmente menos permeáveis à candidatura de Bolsonaro, neste (faixa 4) ele ganhou mais força competitiva, com possibilidade de fazer frente à candidatura de Lula apenas nos municípios mais populosos da Amazônia, onde as variáveis socioeconômicas e atitudinais, entre elas, pertencimento a grupos sociais, identidade partidária, acesso fácil às mídias de massa, rejeição à prática de corrupção pelos mandatários políticos, preocupação com os níveis de inflação e de desemprego, avaliação positiva ou negativa do governo e acontecimentos peculiares ao próprio período eleitoral, como a avaliação das imagens construídas pelos candidatos e os programas eleitorais, são suscetíveis de influenciar, em grau maior, a decisão do voto da maioria dos eleitores.



Aqui, talvez, o discurso antipetista mobilizado por Bolsonaro, ligando sempre o nome de Lula e do PT à prática de corrupção, à esquerdização do país e à defesa de temas sensíveis para o eleitorado conservador (como descriminalização das drogas, agenda LGBTQIA+, políticas afirmativas para negros e indígenas, direitos humanos para presos e criminosos, direito das mulheres ao aborto) possam ter contribuído para impulsionar o voto de Bolsonaro nas urnas. Segundo Rennó (2022, p. 155), a força da candidatura de Bolsonaro comprova-se pela existência de uma convergência ideológica de seu eleitorado alinhado a posições de direita. O que, talvez, ajude a entender o bolsonarismo como fenômeno político e de opinião, que vai além do conteúdo de suas mensagens, sendo articulado numa estrutura comunicacional que atua para o promover (Feres Júnior, 2023, p. 206 e 207).

Nas capitais da Amazônia – que, reunidas representaram 25% do total de eleitores em outubro de 2022, onde se concentram as maiores taxas de urbanização e industrialização, e os mais altos índices de pessoas escolarizadas e de ocupação no setor de serviços, além da sua importância decisiva na vida política dos estados, sendo berço de grande parte de líderes políticos estaduais –, Bolsonaro venceu Lula com uma diferença, no primeiro turno, de 9,33 pontos percentuais, e de 13,44 pontos percentuais computados no segundo turno.

Considerando os votos válidos do segundo turno, as maiores vantagens de Bolsonaro foram registradas em Boa Vista (79,47%), Rio Branco (72,51%) e Porto Velho (64,63%). Concentrando, também, a maioria absoluta dos votos em Cuiabá (61,50%), Manaus (61,27%), Palmas (60,32%) e Macapá (54,92%). Nos índices obtidos, Lula venceu apenas em São Luís, com 60,39%, e em Belém, com 50,27%. Destaca-se que São Luís e Belém têm, à esquerda do espectro ideológico, uma longa história de atuação de movimentos sociais, como canais de mobilização política e representação dos interesses da população menos favorecida.

O fato de o candidato do PL ter conquistado grande parte dos votos da maioria das capitais da Amazônia, em uma eleição presidencial altamente polarizada e cheia de animosidades com características dicotômicas (direita *versus* esquerda, nós contra eles ou, simplesmente, a luta do bem contra o mal), levou muitos eleitores a se digladiarem politicamente na campanha. Isso sugere que Bolsonaro, com uma estratégia discursiva de persuasão dos eleitores, centrada em escolhas lexicais: "Deus, pátria e família", utilizando-se da rede de comunicação digital, conseguiu, mais uma vez, no campo da direita, individualizar sua campanha, sedimentando uma expressiva base de apoio nas áreas mais dinâmicas e modernas, com maiores contingentes populacionais.

Foi, por exemplo, o que houve em Rondônia – estado que se destaca pelo agronegócio e pelo número de evangélicos entre sua população, cerca de 34%. Bolsonaro, além de contar com a simpatia de líderes evangélicos, do prefeito e de vereadores de Porto Velho, contou com o apoio, em 2022, dos dois principais candidatos ao governo do estado, dos quatro concorrentes mais bem posicionados na disputa para o Senado, dos oito deputados federais eleitos e de 23 dos 24 deputados da nova composição da Assembleia Legislativa, representando 11 partidos políticos: PSD, PL, PATRI, PSC, PSB, PP, PTB, PODE, MDB, União Brasil e Republicanos (Costa, 2022; Cravo, 2022; Viana *et al.*, 2022).



Como Nicolau (2020) havia destacado, o bolsonarismo é, sobretudo, um fenômeno urbano e metropolitano, cuja pauta dos costumes, tanto em 2018 como em 2022, constituiu-se uma de suas principais bases de sustentação ideológica, sendo capaz de agregar, no contexto da competição eleitoral, diferentes eleitorados (Almeida, 2019; Bello, 2023; Rennó, 2020, 2022). Singer (2021, p. 725) observa que as campanhas eleitorais "são as principais fontes ativadoras das predisposições ideológicas dos eleitores". Resta saber se a lealdade dos eleitores urbanos bolsonaristas, principalmente dos menos radicalizados, será mantida em uma disputa política futura, se Bolsonaro for novamente candidato ao cargo de presidente, considerando que, em junho de 2023, o Tribunal Superior Eleitoral, por maioria absoluta de votos, tornou-o inelegível por oito anos. As razões da inelegibilidade de Bolsonaro, pela Corte Eleitoral brasileira, foram o uso indevido dos meios de comunicação e o abuso do poder político com claro objetivo de provocar interferência no processo eleitoral (Brasil. TSE, 2023).

Fora da Presidência, Bolsonaro, percorrendo as capitais dos estados para ter contato direto com apoiadores, tem procurado manter vivo seu capital político, trabalhando para assegurar sua influência sobre parte do eleitorado metropolitano que ainda encontra na aversão a Lula e ao PT, e na desconfiança dos resultados eleitorais de 2022 que foram produzidos pelo sistema eletrônico de votação, motivos para não legitimar o governo atual.

Pela sua capacidade de liderança e de articulação política, as manifestações públicas de Bolsonaro causam ainda burburinho entre eleitores, sobretudo contando com a colaboração

estratégica da militância de extrema direita, que cuida de valorizar socialmente a imagem do líder, evitando seu desgaste público, e disseminando nas redes sociais, com uso da inteligência artificial, *fake news* contra o governo Lula e ministros do STF; cuja aleivosia é manter acesa a chama da polarização contra Lula e o PT e contra decisões do Judiciário que confronte interesses de Bolsonaro e dos bolsonaristas. Isso sem demonstrar, notadamente, apreço por princípios e valores democráticos.

## 4 Conclusão

Na configuração deste trabalho, nosso objetivo foi identificar o padrão de votação nos municípios da Amazônia Legal na eleição presidencial de 2022. O estudo procurou mapear a distribuição dos votos de Lula e Bolsonaro nos 808 municípios da região, mensurados por algumas variáveis sociodemográficas.

Comprovamos, em primeiro lugar, que cerca de dois terços dos municípios amazônicos preferiram votar na candidatura de Lula, dando a ele, nos dois turnos eleitorais, pouco mais de 50% de votos. Comprovamos, também, que, com relativa folga, Lula venceu nas eleições em municípios indígenas, o que relacionamos à avaliação positiva, entre os indígenas, dos seus dois governos passados.

Nessa conjuntura, Lula, também demonstrou uma sólida base eleitoral, vencendo nos pequenos e médios municípios da região, cuja economia depende, em parte, dos programas de transferência de renda oriundos do governo federal. O que pode ter contribuído na eleição de Lula, em razão da memória dos eleitores da execução do Programa Bolsa Família, criado em seu primeiro governo.



Nas cidades com 100 mil ou mais habitantes, observamos que a disputa entre os dois candidatos foi bem mais competitiva, com Lula vencendo no fim dos dois turnos eleitorais.

Já a capilaridade do desempenho de Bolsonaro foi maior no conjunto das capitais, onde ele conseguiu uma expressiva base de apoio urbano, contando, sobretudo, com o voto dos evangélicos e dos eleitores mais avessos ao lulismo e ao petismo. Na agregação dos votos adquiridos, Bolsonaro também venceu entre os municípios que mais desmataram ilegalmente a Amazônia, durante sua passagem pela Presidência da República. O que nos fez constatar que sua omissão dirigida à proteção do meio ambiente amazônico lhe foi *útil*, eleitoralmente, em 2022, principalmente, pelo apoio recebido de grileiros, posseiros e madeireiros, muitos deles ligados ao desenvolvimento do agronegócio na região.

Ainda que a análise feita neste trabalho possa ter sua validade, ela não esgota as explicações para o resultado da eleição presidencial de 2022 na Amazônia, e não permite fazer qualquer previsão. A disponibilidade dos dados apresentados é apenas um instrumento de compreensão do comportamento eleitoral da região, esperando que novos estudos sejam realizados.

## Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos*, v. 38, n. 1, p. 195-213, jan.-abr. 2019.

ANTUNES, Claudia. O agro é Aldo: ex-comunista e ex-ministro de governos do PT articula na Amazônia cruzada contra agenda ambiental de Lula. *Samauma,* 17 abr. 2023. Disponível em:

<https://sumauma.com/o-agro-e-aldo-o-ex-comunista-e-ex-ministro-de-governos-do-pt-articula-na-amazonia-cruzada-contra-a-agenda-ambiental-de-lula/>. Acesso em: 29 maio 2024.

ÁVILA, Cristina. Lula promete criar Ministério Indígena. *Amazônia Real*, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/lula-no-atl-promete-ministerio-indigena/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

BECKER, Bertha K.; STENNER, Claudio. *Um futuro para a Amazônia.* São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BELLO, André. Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 40, p. 1-27, 2023.

BORGES, Arleth Santos *et al*. *Eleições 2022 no Maranhão*: governador e presidente da República. 2022. Disponível em: <https://legal-amazonia.org/eleicoes-2022-no-maranhao-governador-e-presidente-da-republica/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). *Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por oito anos*. 30 jun. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CEPAL. *Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para garantia de seus direitos*. 2014. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/entities/publication/fd1b61e8-fdcf-45b6-aee9-0243f3fa11ac>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CIMI. *Terras indígenas não demarcadas*: Amazonas e Roraima. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/06/TI_nao_demarcadas-AmazonasRoraima.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

CIMI. *Povos Parakanã e Arara denunciam violações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Altamira (PA)*. 8 nov. 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/11/povos-parakana-e-arara-denunciam-violacoes-a-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-em-altamira-pa/>. Acesso em: 27 maio 2024.

COSTA, Francisco. Como Rondônia explica o voto bolsonarista. *Amazônia Real*, 27 out. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/rondonia-bolsonarista/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

CRAVO, Alice. A fidelidade ao bolsonarismo nas urnas: veja como está a corrida eleitoral em Rondônia. *Globo*, 11 set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/a-fidelidade-ao-bolsonarismo-nas-urnas-veja-como-esta-a-corrida-eleitoral-em-rondonia.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2024.

DANTAS, Beatriz *et al*. Governo Bolsonaro favoreceu desastre climático e agiu contra consenso internacional. *Diplomatique*, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/governo-bolsonaro-favoreceu-desastre-climatico-e-agiu-contra-consenso-internacional/>. Acesso em: 25 set. 2024.

DOLCE, Julia. O que é o 'consórcio da morte' e por que ele persiste no Xingu. *Brasil de Fato*, 30 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/30/o-que-e-o-consorcio-da-morte-e-por-que-ele-persiste-no-xingu>. Acesso em: 27 maio 2024.

FEARNSIDE, Philip. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia brasileira. In: LÉNA, Phillippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia. (org.). *Amazônia*: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Cejup: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992, p. 207-222.

FERES JÚNIOR, João. O futuro do bolsonarismo. *In*: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai (org.). *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2023, p. 205-212.

FIGUEROA, Alba *et al*. Avaliação dos fluxos de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF) para povos indígenas. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, n. 8, p. 130-149, jul.-dez. 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de Segurança Pública 2023*. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2024.

GARCIA, Rafael. Passando a boiada: uma retrospectiva da gestão Bolsonaro no meio ambiente. *Globo*, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/12/passando-a-boiada-uma-retrospectiva-da-gestao-bolsonaro-no-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GREENPEACE BRASIL. *Desmatamento na Amazônia saiba seus impactos e como evitá-lo*. 9 nov. 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em: 10 maio 2024.

HAMDAN, Ana Amélia. Indígenas do rio negro esperam participação ativa em novo governo Lula. *Instituto Socioambiental*, 3 nov. 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/indigenas-do-rio-negro-esperam-participacao-ativa-em-novo-governo-lula>. Acesso em 14 maio 2024.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the brazilian elections of 2006. *Latin American Politics & Society*, v. 49, n. 1, p. 1-30, spring 2007.

IBGE. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro, 2023.

INPE. *TerraBrasilis*. Atualizado em 6 maio 2024. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>. Acesso em: 29 set. 2024.

IUBEL, Aline Fonseca. Políticas e(m) terra indígena: eleições em São Gabriel da Cachoeira (Amazonas). In: VERDUM, Ricardo; PAULA, Luís Roberto de (org.). *Antropologia da política indígena*: experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020, p. 108-136.

LEGAL. Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal. *O laboratório*. 2024. Disponível em: <https://legal-amazonia.org/o-laboratorio>. Acesso em: 3 abr. 2024.

MARQUES, Rosa Maria *et al*. *Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras em 2006*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12, São Paulo, 2007.

MONTEIRO, Daniel M. L. V.; BERNARDES, Júlia. A. Avanço do agronegócio na Amazônia: antecipação espacial, processos de exploração na tentativa de criação da Amacro e expansão da fronteira agrícola. *NERA*, v. 27, n. 2, p. 1-17, abr.-jun. 2024.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita*: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. *Uma disputa em três tempos*: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, Caxambu-MG, 22 out. 2007.

PRADO, Samantha. *Como as fake news têm impactado as eleições de 2022*. 28 out. 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/como-as-fake-news-tem-impactado-as-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 28 maio 2024.

RENNÓ, Lúcio. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 brazilian presidential elections. *Latin American Politics and Society*, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020.

RENNÓ, Lúcio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, p. 147-163, 2022.

RIVERO, Sérgio *et al*. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova Economia*, v. 19, n. 1, p. 41-66, jan,-abr. 2009.

RUFINO, Samantha; Oliveira, Valéria. Governador de Roraima tem mandato cassado pela terceira vez no Tribunal Regional Eleitoral. *G1*, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/01/22/governador-de-roraima-tem-mandato-cassado-pela-terceira-vez-no-tribunal-regional-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2024.

SANTANA, Eliara. Ecossistema de desinformação se consolidou com o bolsonarismo. *In*: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai (org.). *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023, p. 89-95.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, v. 27, n. 3, p. 705-729, set.-dez. 2021.

SOARES, Gláucio A. D.; TERRON, Sônia Luiza. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição: explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 269-301, nov. 2008.

SOARES, Leonardo Barros. O meio ambiente na encruzilhada: o que esteve em jogo nas eleições em 2022? *In*: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai (org.). *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023, p. 67-72.

SOS GISbr. *Mapa da Amazônia Legal*: fronteira agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://sosgisbr.com/tag/territorio/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TEIXEIRA, Isadora. Entenda a cassação do governador de Roraima: saiba quem fica no cargo. *Metrópoles*, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/entenda-a-cassacao-do-governador-de-roraima-saiba-quem-fica-no-cargo>. Acesso em: 25 maio 2024.

TELLES, Helcimara; MUNDIM, Pedro S.; LOPES, Nayla. Internautas, verdes e pentecostais: novos padrões de comportamento político no Brasil? In: TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro (org.). *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2013, p. 152-167.

TERRON, Sonia L.; SOARES, Gláucio A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 310-337, nov. 2010.

VIANA, João Paulo S. L. *et al*. O segundo turno das eleições de 2022 em Rondônia: a disputa no centro do bolsonarismo. *LEGAL*, 15 nov. 2022. Disponivel em: <https://legal-amazonia.org/o-segundo-turno-das-eleicoes-de-2022-em-rondonia-a-disputa-no-centro-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

ZUCCO, Cesar. The presidente´s New`constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil´s 2006 presidential elections. *Journal of Latin American Studies*, v. 40, n. 1, p. 29-49, feb. 2008.

ZUCCO, Cesar. When payouts pay off: conditional cash transfers and voting behavior in Brazil 2002–10. *American Journal of Political Science*, v. 57, n. 4, p. 810-822, oct. 2013.



*Artigo recebido em: Novembro de 2024.*
*Aprovado em: Dezembro de 2024.*

**Roberto Ramos Santos** (roberto.ramos@ufrr.br) é Doutor em Ciência Política pela USP, Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA/UFRR) e Coordenador estadual do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL-RR).

## Revisitando a eleição presidencial de 2022: o voto de Lula e Bolsonaro nos municípios da Amazônia Legal

**Resumo**. Este artigo examina o resultado da eleição presidencial de 2022 nos municípios da Amazônia Legal, verificando o padrão de votação dos dois principais candidatos. O texto discute o desempenho de Lula e Bolsonaro à luz das seguintes variáveis: tamanho da população residente, distribuição dos seus votos nos municípios indígenas e nos que mais desmataram a Amazônia no período em que Bolsonaro esteve à frente da Presidência da República. Os resultados mostram a vitória de Lula na maioria dos municípios, sobretudo nos municípios indígenas e nas pequenas e médias cidades. Enquanto Bolsonaro adquiriu mais votos na maioria das capitais e no conjunto das cidades com maior desmatamento florestal na região.
**Palavras-chave**: Amazônia Legal; Bolsonaro; Comportamento Eleitoral Municipal; Eleições para Presidente; Lula.

# Revisiting the 2022 presidential election: Lula and Bolsonaro's vote in the municipalities of the Legal Amazon

**Abstract**. This article examines the result of the 2022 presidential election in the municipalities of the Legal Amazon, verifying the voting pattern of the two main candidates. The text discusses Lula and Bolsonaro's performance considering the following variables: size of the resident population, distribution of their votes in indigenous municipalities and also those ones in which the Amazon region was mostly deforested while Bolsonaro was the President of the Republic in office. The results show Lula's victory in most municipalities, especially in indigenous ones and small and medium-sized amazon cities. While Bolsonaro acquired more votes in most capitals and the cities with the greatest forest deforestation in the region.
**Keywords**: Legal Amazon; Bolsonaro; Municipal Electoral Behaviour; Presidential Elections; Lula.